

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: SP corta ICMS de combustível de aviação para incentivar setor	2
Título: Servidor de carreira, Thiago Barral é confirmado na presidência da EPE.....	5
Título: Produção de petróleo cai 1% em 2018, aponta ANP	6
Título: Venezuela luta para vender petróleo após sanção dos EUA	7
Título: Sem insumos importados, país corre risco de ficar logo sem combustíveis	11
Título: STJ volta a julgar disputa sobre Santo Antonio.....	12
Título: Schneider vê potencial no país para energia limpa	13
Título: Justiça de MG manda Vale parar mina de Brucutu.....	15
Título: Após calote, Vega é desligada da associação setorial	16
Título: Alumínio espera retomar níveis anteriores à crise	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	19
Título: » Pauta.....	19
Título: Vale pede confidencialidade em seguro de Brumadinho.....	19
Título: Empresa que atestou estabilidade em barragem de MG diz ter pedido reparos.....	20
Título: Companhia alemã já foi suspensa pela ONU em 2010.....	22
Título: Decisão judicial faz Vale parar maior mina de MG	22
Título: 28 barragens no Estado não têm estabilidade	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Deputado federal	24
Título: RECORDE NO CONSUMO DE ETANOL	25
Título: Brumadinho: a punição dos culpados e o dolo eventual	25
Título: Justiça paralisa barragem da maior mina da Vale em Minas Gerais.....	27

Título: Presidente de órgão do setor mineração renuncia.....	29
Título: Privatização de distribuidora da Eletrobras no AM entra na mira do Cade	30
Título: Laudo de estabilidade de barragem cita erosão e problemas de drenagem	31
VEÍCULO: O Globo	34
Título: HORA DO ÔNUS	34
Título: Lucros e bônus envenenados.....	35
Título: A Vale de joelhos.....	36
Título: A enxurrada de erros no estouro de barragem em Brumadinho	36
Título: Oportunidades na capital do petróleo	37
Título: Bombeiros dizem que talvez não resgatem todos os corpos da lama	39
Título: Governo quer revisão de barragens	40
Título: Vale é obrigada a paralisar produção em Brucutu, sua maior mina em MG.....	41
Título: Déficit de estados com servidor supera o da União.....	42
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	44
Título: Lupa sobre Brumadinho	44
Título: Após a dor, o medo de um luto sem fim	45
Título: Barragens interditadas	47
Título: Correio debate desafios da economia	47

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner, Cynthia Malta, Cibelle Bouças e Marta Watanabe | De Brasília e São Paulo

Título: SP corta ICMS de combustível de aviação para incentivar setor

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), pretende atender a um pleito antigo das companhias aéreas e anunciar o corte do ICMS sobre o querosene de

aviação de 25% para 12%. A princípio, conforme apurou o **Valor**, o Palácio dos Bandeirantes organiza para hoje a divulgação do "Novo Programa de Transporte Aéreo e Redução de Impostos" no Estado.

Hoje a alíquota praticada sobre o abastecimento de combustível nos aeroportos paulistas é a maior do país. Dos 26 Estados, 18 cobram entre 3% e 12% de ICMS sobre o combustível de aviação. Estudos levados pelas companhias à Secretaria Estadual de Fazenda indicam que, ao reduzir o ICMS, a renúncia fiscal deve ficar em R\$ 205 milhões por ano.

Em compensação, as empresas se comprometeriam com um plano para criar 490 partidas semanais e 70 novos voos nacionais, segundo o secretário de Turismo do Estado de São Paulo, Vinicius Lummertz. Dessas novas linhas, 64 terão como destino outros Estados, sendo que 40 devem começar a operar em até 120 dias após a formalização pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O restante, em até 180 dias após a formalização. As outras seis novas linhas deverão ter destino dentro do Estado de São Paulo, ainda segundo o secretário de Turismo.

Cada empresa deve anunciar suas novas linhas em data a ser definida pelo governo paulista a partir da formalização do acordo, segundo o secretário. A ideia do governo estadual é fortalecer ainda a aviação regional, com o uso mais intenso de aeroportos atualmente ociosos no interior, como Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

O arranjo costurado pelo setor privado com Doria prevê também, em troca da redução de alíquota do ICMS, um investimento de R\$ 40 milhões pelas empresas aéreas para campanhas publicitárias promovendo São Paulo como destino turístico. A publicidade se concentraria em torno dos novos voos e do "stopover".

Já adotada por empresas estrangeiras, como a TAP nos voos para Lisboa ou a Emirates nas viagens para Dubai, essa prática consiste em oferecer aos passageiros, sem custo, parada de uma ou mais noites no ponto de conexão antes de prosseguir viagem ao destino final. As estimativas do governo e das companhias aéreas são de que 2,5% dos passageiros farão uso dessa possibilidade.

Com a diminuição de ICMS, Doria deverá acabar com outra prática bastante comum entre as empresas: o "tankering". Em rotas mais curtas, elas deixam para abastecer seus aviões em outros Estados. Trata-se de uma estratégia para evitar a alíquota de 25% e encher os tanques em aeroportos que têm tributação menor. É o que costuma ocorrer em voos entre São Paulo e Rio, Brasília, Belo Horizonte ou Curitiba.

Só que isso gera uma ineficiência: as aeronaves voam com tanque mais cheio para fugir do abastecimento em São Paulo, ficam mais pesadas e ironicamente consomem mais combustível no caminho. O consumo de querosene representa 40% das despesas operacionais das aéreas.

Segundo Lummertz, a mudança no abastecimento de combustível pelas companhias aéreas, além do aumento no número de voos e da maior atividade econômica resultante do potencial aumento do turismo no Estado, trará arrecadação adicional de ICMS. O secretário de Turismo diz que o saldo líquido projetado entre renúncia de ICMS e arrecadação adicional de receitas é de R\$ 111 milhões anuais positivos. Segundo ele, a redução de alíquotas pode gerar aumento de 59 mil empregos em um ano e R\$ 1,4 bilhão em salários. A projeção leva em consideração expansão de PIB de 2,53%, dólar médio a US\$ 3,75 e barril de petróleo a US\$ 51,17.

Segundo o secretário, as contrapartidas à redução de ICMS serão seladas com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e terão cumprimento fiscalizado pelo governo estadual, sob pena de elevação de imposto caso compromissos não sejam cumpridos. "Mas ninguém que desonerou voltou", diz Lummertz. Ele destaca que a redução de alíquotas já foi realizada em outros Estados, nos quais, diz, predomina um ICMS menor sobre o combustível de aviação.

Esse tipo de acordo entre governo estadual e empresas aéreas já foi fechado em 18 Estados e, segundo uma fonte do setor, os casos mais bem-sucedidos são os de Pernambuco, Ceará, além de Brasília - o aumento do número de voos fez com que mais turistas viajassem a esses destinos, movimentando a economia local. O **Valor** apurou que as companhias aéreas não pretendem abrir negociações com outros governos estaduais. São Paulo, o mercado mais importante para o setor de aviação, com 30% do movimento de aeronaves, segundo a Anac, encerra essa pauta.

Segundo Lummertz, está prevista para hoje uma nova reunião sobre a redução de alíquotas. O secretário diz que há detalhes a serem definidos pela Secretaria da Fazenda, sob comando de Henrique Meirelles.

Em 2017, o governo Michel Temer endossou um projeto de resolução do Senado para fixar em 12% o teto das alíquotas de ICMS sobre o combustível. Com tramitação já avançada, o projeto foi barrado no plenário justamente pela atuação do ex-governador Geraldo Alckmin, que se opunha justamente por causa da perda arrecadatória. Atualmente "a alíquota de 25% é uma oportunidade", diz Lummertz.

O governo federal, que tem acompanhado as discussões e já participou de uma rodada de encontros com os secretários de Doria, vê a medida como uma iniciativa essencial para o ambiente de negócios no aviação.

Agora, em meio à retomada dos trabalhos legislativos, o Ministério do Turismo pretende trabalhar no Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei que tira os limites de capital estrangeiro às companhias aéreas e pela resolução que fixa o teto de 12% para ICMS sobre querosene.

Para a equipe do ministro Marcelo Álvaro Antônio, apesar da medida de São Paulo, é importante "perenizar" a redução da alíquota e não deixá-la sujeita a novas altas no futuro. Junto com a liberação de cobrança da franquia de bagagem, o governo avalia que esse tripé deixa aberto o caminho para a instalação de companhias "low cost" no país.

As ações das companhias aéreas abriram o pregão de ontem em alta na B3 impulsionadas pela expectativa de redução do ICMS. A ação da Gol fechou o pregão na B3 com valorização de 8,27%, negociada a R\$ 26,98 - a maior alta do Ibovespa. O papel da Azul subiu 2,26%, a R\$ 38,04. O Ibovespa encerrou o dia em alta de 0,74%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Servidor de carreira, Thiago Barral é confirmado na presidência da EPE

Confirmando a expectativa do mercado, o engenheiro civil Thiago Barral assumiu a presidência da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), braço do governo responsável por estudos na área de energia. Ele substitui Reive Barros, que passou a ocupar a secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Quarto presidente da EPE e o primeiro a ter ingressado na estatal por concurso público, Barral ingressou na empresa em 2007 como analista de pesquisa energética. Foi superintendente-adjunto e superintendente de Projetos de Geração. Há um ano, ele atuava como diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da EPE.

A escolha do governo pelo nome de Barral foi elogiada por integrantes do mercado de energia elétrica. Na avaliação deles, Barral tem a capacitação técnica e a abertura ao diálogo necessárias para a função.

"O principal sinal da indicação é a valorização correta do bom servidor. Ele é uma pessoa muito sensata e com boa noção de equilíbrio econômico do setor", afirmou Paulo Mayon, sócio da Compass Energia, especializada em comercialização.

O presidente da francesa Engie no Brasil, Maurício Bähr, também elogiou a nomeação. "É uma ótima indicação. É uma pessoa de dentro, concursado na carreira. Vemos com muitos bons olhos. É um bom sinal", afirmou o executivo.

Para Maurício Tolmasquim, primeiro presidente da EPE, Barral junta três qualidades fundamentais a um gestor público: sólido conhecimento técnico, capacidade de diálogo e comportamento ético. "Com o Thiago à sua frente, a EPE continuará a cumprir com maestria o seu papel de ponte entre o conhecimento técnico e o tomador de decisão."

Outro ex-presidente da estatal de estudos energético, Luiz Augusto Barroso, disse que a escolha feita pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, reconhece a equipe técnica da EPE.

"O Thiago é uma pessoa madura, moderna, preparada tecnicamente e sempre aberta ao diálogo. Evoluiu na carreira por méritos próprios. Vai contribuir muito para seguir aperfeiçoando o planejamento energético e suas vertentes, como também a modernização do marco regulatório deste setor", completou Barroso, que atualmente preside a consultoria PSR.

Barral tomou posse no cargo na última sexta-feira e tem mandato até 1º de fevereiro de 2020, mas pode ser reconduzido. O informe sobre sua posse no cargo foi publicado na edição de ontem do "Diário Oficial da União".

O novo presidente da EPE é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestre em recursos hídricos e meio ambiente pela Coppe/UFRJ e pós-graduado em administração pública pela FGV-RJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Produção de petróleo cai 1% em 2018, aponta ANP

A produção de petróleo no Brasil em dezembro de 2018 totalizou 2,691 milhões de barris diários, com alta de 4,8% em relação a novembro do ano passado e de 3% na comparação com o último mês de 2017, de acordo com relatório divulgado ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Com o resultado de dezembro, a produção média de petróleo no país em 2018 ficou em 2,586 milhões de barris diários, com queda de 1% ante 2017.

Com relação ao gás natural, a produção no país em dezembro foi de 114 milhões de metros cúbicos diários, com aumento de 1,2% em comparação com o mês anterior e de 0,3%, em relação ao último mês de 2017.

Na média do ano, a produção de gás natural no país somou 111 milhões de metros cúbicos diários em 2018, com alta de 1%, ante 2017.

A produção total de óleo e gás no Brasil em dezembro totalizou 3,406 milhões de barris de óleo equivalente (boe) por dia. O número foi 4% superior em relação a novembro do ano passado e 2,4% maior que o observado no último mês do ano anterior.

A produção de petróleo e gás natural apenas na área do pré-sal totalizou 1,888 milhão de boe por dia em dezembro, com um aumento de 3,9% em relação ao mês anterior e de 4,9%, se comparada com a de igual mês de 2017.

No último mês do ano passado, foram produzidos 1,5 milhão de barris de petróleo por dia e 61,5 milhões de metros cúbicos diários de gás natural no pré-sal, a partir de 85 poços. A participação do pré-sal na produção total de óleo e gás no país em dezembro foi de 55,4%.

Apenas o campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, respondeu por um terço da produção de óleo e gás natural do país em dezembro, com 897 mil barris de petróleo e 38,5 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Segundo a ANP, o aproveitamento de gás natural em dezembro foi de 95,9%. O volume de queima de gás natural no mês foi de 4,6 milhões de metros cúbicos diários, com alta de 10,3% ante novembro de 2018 e de 20,2% em relação a dezembro de 2017.

Com relação à produção em dezembro nos Estados, o Rio de Janeiro liderou a lista tanto em petróleo (72% do total) quanto em gás natural (52% do total). Na comparação entre as bacias sedimentares, a de Santos respondeu por 50% da produção nacional de petróleo e por 52% da produção de gás em dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Kejal Vyas e Bradley Olson | Dow Jones Newswires, de Caracas

Título: Venezuela luta para vender petróleo após sanção dos EUA

As exportações de petróleo da Venezuela estão caindo rapidamente. As novas sanções impostas pelos EUA estão colocando o setor petrolífero do país mais perto de um colapso e ameaçam provocar um impacto sobre os mercados globais maior do que o esperado por muitos especialistas, segundo fontes a par do assunto.

Os estoques de petróleo da Venezuela estão crescendo pois o regime do presidente Nicolás Maduro está tendo dificuldades para achar compradores para o seu petróleo, a única fonte real de recursos do seu governo. As restrições impostas pelos EUA, que visam redirecionar a receita obtida com o petróleo para o líder opositor Juan Guaidó, estão tornando difícil para o regime de Maduro garantir o pagamento pelo petróleo.

A produção também está caindo por causa de problemas trabalhistas, que incluem o abandono em massa do emprego por trabalhadores que lutam para sobreviver à hiperinflação e aos salários atrasados, e também pela falta de derivados de petróleo importados, dos quais a Venezuela precisa para diluir seu petróleo pesado e bombeá-lo pelos oleodutos para os terminais de exportação, segundo as fontes.

Os navios petrolíferos que transportam produtos ligados à Lukoil, da Rússia, Repsol, da Espanha, e à gigante americana Chevron foram retardados, suspensos ou redirecionados na última semana, por causa dos problemas com pagamentos, segundo fontes a par das movimentações.

"Isso é um desastre total", disse Luis Hernández, líder sindical do setor petrolífero. "Quase não há como transportar o petróleo."

O czar do petróleo da Venezuela, Manuel Quevedo, disse que seu governo está exigindo pagamento adiantado pelos carregamentos de petróleo por causa das sanções. E também que está em busca de novos compradores, sem, porém, especificar onde.

"Isso afetará os mercados mundiais de petróleo", disse Quevedo no domingo, num programa de TV pró-governo. Ele chamou de roubo as sanções dos EUA. "Essa agressão não vai passar em branco."

Apesar disso, os preços do petróleo caíram ontem, puxados pelo aumento dos estoques nos EUA, pelos temores de desaceleração econômica e pela alta do dólar, moeda de referência do setor.

Imagens de satélite obtidas no fim de semana pelo site FleetMon, que monitora carregamentos de petróleo, mostram várias dezenas de navios que normalmente carregam petróleo e derivados, parados nas águas de Maracaibo, a capital petrolífera da Venezuela, numa evidência visual da desaceleração das

importações e exportações relacionadas ao petróleo. Vários desses navios petroleiros transportaram cargas para Corpus Christi, no Texas, e Nova York nas últimas semanas, segundo a FleetMon.

As autoridades venezuelanas leais a Maduro suspenderam um carregamento de petróleo que deveria deixar Maracaibo rumo aos EUA na terça-feira passada, temendo que os recursos com a venda do petróleo acabassem nas mãos de Guaidó, segundo afirmou uma fonte. O navio estava carregando petróleo de um campo explorado por meio de uma joint venture entre a Chevron e a estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA). Uma porta-voz da Chevron não quis comentar o caso. A Lukoil e a Repsol não retornaram pedidos de entrevista.

As sanções parecem já estar afetando a produção de petróleo da Venezuela, segundo fontes de dentro e de fora do país, embora haja divergências nas estimativas quanto à extensão do problema.

Autoridades sindicais e pessoas que acompanham de perto as operações da PDVSA disseram que o acúmulo dos estoques para exportação derrubou a produção de petróleo para bem menos de 1 milhão de barris/dia, uma queda de mais de 10% em relação a dezembro, e menos da metade do que o país produzia 18 meses atrás.

A consultoria Wood Mackenzie estimou a produção em 1,1 milhão de barris/dia. Mas até alguns monitores externos estão vendo grandes quedas. A Genscape, que monitora a produção mundial de petróleo por meio das labaredas dos campos de petróleo, estima que somente na quinta-feira a produção da Venezuela caiu cerca de 60 mil barris.

"Esse tipo de queda não está excluída, em grande parte devido aos desafios da sustentação da produção e o impacto geopolítico do redirecionamento do fluxo de petróleo e outros produtos", diz J. Alexander Blackman, executivo da companhia americana de energia Standard Delta.

Não está claro se a queda na produção vai durar. Grande parte disso vai depender do sucesso da estratégia dos EUA para derrubar Maduro e colocar a receita do petróleo nas mãos da oposição.

A China e a Rússia continuam apoiando Maduro e poderão conseguir reverter o impacto inicial sobre as exportações e a produção do país, segundo alguns analistas.

Dezenas de milhares de venezuelanos ocuparam as ruas de Caracas no sábado para apoiar Guaidó, que os EUA e outros países reconheceram como presidente interino do país. Mas o governo autoritário de Maduro não demonstra sinais imediatos de que vai abrir mão do poder.

Um impasse prolongado ameaça abalar ainda mais a economia venezuelana, que luta há anos com a falta de alimentos, altas taxas de crimes violentos e a maior inflação do mundo. A Venezuela depende dos petrodólares para importar a grande maioria de seu suprimento de alimentos, além dos componentes de mistura de que precisa para produzir gasolina, uma dura realidade para um país que se encontra sobre as maiores reservas de petróleo do mundo.

Pelo menos inicialmente, as sanções parecem estar tendo um impacto bem mais significativo sobre o PIB da Venezuela do que o antecipado pelo governo Trump.

O secretário do Tesouro americano, Steven Mnuchin, disse na semana passada que os EUA estão permitindo que certas empresas continuem negociando com a Venezuela por um período de tempo limitado, para "minimizar quaisquer rupturas imediatas".

As sanções dão um período de tolerância até abril para algumas transações e licenças estendidas que permitirão a algumas companhias continuar operando até o meio do ano. Mas as medidas preveem que os pagamentos para a Venezuela sejam mantidos em contas remuneradas até que possam ser transferidos para o regime de Guaidó, uma medida que deverá travar os negócios enquanto Maduro permanecer no poder.

A Chevron, que recebeu uma licença ampliada para continuar operando com a PDVSA, disse que continua em consultas estreitas com os EUA para assegurar que está cumprindo com o combinado.

"O governo dos EUA está muito interessado em interagir conosco para entender nossa posição no local", disse na sexta-feira o executivo-chefe da Chevron, Mike Wirth. "No futuro previsível, achamos que poderemos manter uma operação boa, estável e segura na Venezuela."

Mas as regras americanas que limitam a venda de petróleo leve e de produtos para a diluição do petróleo venezuelano tornam difícil desenvolver os recursos do país, diz a Wood Mackenzie. Ela prevê que a produção venezuelana pode logo cair para 900.000 barris/dia.

Francisco Monaldi, especialista em energia da Universidade Rice, diz que as sanções poderão levar a produção de petróleo do país a cair quase pela metade no próximo ano e meio. "Se isso durar muito tempo, terá um impacto muito significativo sobre a indústria do petróleo de Venezuela, que já está numa situação muito precária."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2019****Seção: Internacional****Autor: Marsílea Gombata | De São Paulo****Título: Sem insumos importados, país corre risco de ficar logo sem combustíveis**

Dona das maiores reservas de petróleo do mundo, a Venezuela pode ficar sem combustível dentro de uma semana. Isso porque as sanções dos Estados Unidos contra o petróleo venezuelano na semana passada atingiram também as vendas ao país de petróleo leve e diluentes, essenciais para a Venezuela refinar seu petróleo pesado.

Trabalhadores do setor e diplomatas afirmam que o país poderá ficar sem combustíveis em uma semana, incluindo o diesel usado na geração de energia. "Isso está rapidamente se transformando em uma economia de guerra", disse Evanán Romero, ex-vice-ministro da Energia, ao jornal "The Wall Street Journal".

As sanções do Departamento do Tesouro americano determinam que as compras de petróleo venezuelano por empresas americanas têm de ser pagas numa conta à qual o governo de Nicolás Maduro não terá acesso. Além disso, proíbem que a Venezuela compre dos EUA petróleo leve e diluentes. Eles são misturados ao petróleo pesado da Venezuela, facilitando seu transporte e comercialização.

Dados da Administração de Informação de Energia dos EUA mostram que a Venezuela importou em média 123 mil barris/dia nos dez primeiros meses de 2018, o dobro do que importou no mesmo período do ano anterior. Sem isso, diz Carlos de Sousa, da consultoria Oxford Economics, a estimativa é que a produção caia 43% para 500 mil barris/dia neste ano.

Sousa não descarta que a Venezuela compre petróleo leve da Rússia ou do Oriente Médio. Mas isso significaria custos muito maiores.

Francisco Rodríguez, da consultoria Torino Capital, diz que a Venezuela tem capacidade limitada de produzir gasolina e que o prazo de uma semana para começar a escassez de combustível é factível.

Ele afirma que países como a Índia também começaram a reduzir exportações desses produtos para a Venezuela. "Com as sanções, os EUA colocaram a petroleira PDVSA numa lista negra junto com terroristas", diz, ao chamar as sanções de tóxicas. "Ninguém quer fazer negócio com esse tipo de empresa."

Com agências internacionais

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: STJ volta a julgar disputa sobre Santo Antonio**

A disputa da ordem de R\$ 1 bilhão entre a Santo Antônio Energia (Saesa), consórcio formado por Odebrecht, Furnas, Cemig, Andrade Gutierrez e FI-FGTS, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, no rio Madeira (RO), e as distribuidoras de energia do país voltará a ser julgada esta semana pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A ministra Laurita Vaz, relatora do caso, pautou o assunto para a próxima quarta-feira, após ter pedido vista do processo no ano passado.

O julgamento diz respeito a agravo movido pela Saesa, que busca revalidar liminar que isenta o consórcio de responsabilidade pelo atraso no cronograma da usina. Com o atraso, a Saesa é obrigada a comprar energia no mercado de curto prazo, ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) - o preço à vista de energia -, para honrar seus contratos com as distribuidoras. Por outro lado, se o STJ confirmar a liminar da Saesa, são as distribuidoras que precisam fazer o ajuste no mercado de curto prazo, repassando o custo para o consumidor, nos reajustes anuais.

O placar da disputa está 1 x 1. Laurita votou a favor das distribuidoras. Mas, após o proferimento do voto do ministro Felix Fischer, favorável ao consórcio, a relatora pediu vista em outubro para analisar a sua decisão. Ao todo, 15 ministros da corte especial do STJ votarão sobre o assunto.

Vitorioso em leilão realizado em 2007, o consórcio dono de Santo Antônio negociou com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a antecipação do cronograma da usina, para negociar a energia proveniente dessa antecipação no mercado livre, aumentando a receita oriunda do projeto. A realização de duas greves no canteiro de obras, no entanto, levou ao atraso do novo cronograma.

Com a antecipação menor do que a esperada, em função das greves, a Saesa honrou os contratos no mercado livre em detrimento daqueles do mercado regulado, firmado com as distribuidoras após o leilão. Para isso, a Saesa solicitou à Aneel um "excludente de responsabilidade" no atraso do

cronograma, por causa das greves. A autarquia, porém, acatou em parte o pleito do consórcio, o que o motivou a levar o caso para a Justiça.

A Saesa chegou a obter uma liminar concedida pela Justiça do Distrito Federal, que foi derrubada posteriormente pelo STJ. Na segunda tentativa, com um pedido diferente, o consórcio obteve outra liminar, pelo Tribunal Regional da 1ª Região (TRF). A liminar, porém, foi derrubada pelo STJ, que analisará agora agravo interno movido pelo consórcio.

O Valor apurou que a Aneel tem acompanhado de perto o caso.

Para Vitor Alves de Brito, advogado do escritório Sergio Bermudes, que representa a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a principal preocupação é com a possibilidade de o consumidor ter que pagar pelo atraso na construção da hidrelétrica.

Na avaliação da Saesa, segundo o Valor apurou, as greves foram ilegais e, por isso, devem ser qualificadas como caso fortuito e de força maior, garantindo o excludente de responsabilidade ao consórcio pelo atraso. Em outubro, representantes da Saesa indicavam que, caso seja obrigado a comprar a energia equivalente no mercado de curto prazo para honrar seus contratos com as distribuidoras, o consórcio pode entrar em colapso, gerando impacto de R\$ 9,68 bilhões para consumidores das distribuidoras e do mercado livre.

Procurada, a Saesa não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Schneider vê potencial no país para energia limpa

O grupo francês de material elétrico Schneider Electric aponta o Brasil como um dos países de maior potencial para aumentar seus negócios de digitalização e de eletrificação verde, que permitem reduzir a emissão de gás carbônico no fornecimento de energia.

Em entrevista ao **Valor**, o CEO do grupo francês, Jean-Pascal Tricoire, destacou que a eletricidade será a base de toda nova tecnologia e o Brasil tem vantagem com seu parque energético quase completamente renovável.

"Num país vasto como o Brasil, é importante fazer micro redes elétricas e ter eletricidade que não seja emissora de carbono e nem cara", afirmou o executivo.

"Investimos há muito tempo no Brasil, temos 4 mil funcionários no país e estou seguro que o novo governo compreende que, quando falamos de Quarta Revolução Industrial, com automação, falamos de ser competitivos", acrescentou.

Para Tricoire, além da necessidade de encontrar soluções que protejam o meio ambiente, as empresas devem satisfazer a procura inesgotável por energia, adaptar equipamentos a um ecossistema industrial hiperconectado e atender aos critérios de uma regulamentação cada vez mais exigente.

A tecnologia de ponta na gestão de energia e automação industrial e predial conectadas influenciará na competitividade.

Para o executivo, o Brasil e as outras economias deverão apostar cada vez mais na eficácia energética digital. Ele costuma exemplificar que em 2017 os prédios representavam 30% do consumo de energia mundial. Ou seja, são globalmente ineficazes energeticamente, e o potencial de redução do consumo nesse segmento é gigantesco.

Tricoire foi um dos debatedores sobre as perspectivas no setor de energia, no recente Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. No debate, Fatih Birol, diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), observou que na última década o mundo reduziu de 2 bilhões para 1 bilhão o número de pessoas que não têm acesso à eletricidade. No entanto, esses ganhos têm um custo: o rápido crescimento de sistemas centralizados sujos, ineficientes e dispersos.

Exemplificou com a demanda crescente da Índia por ar condicionado, que requer três vezes a eletricidade para reduzir a temperatura na mesma quantidade que no Japão. "Isso não é trivial, dada a magnitude do desafio climático. Então, como podemos tornar a eletricidade mais limpa e usá-la de maneira mais eficiente?", questionou.

Para Zhang Jianhua, ministro de Energia da China, o futuro da energia na segunda maior economia do mundo estará na solução de problemas no fornecimento de eletricidade de baixo carbono. Segundo ele, a China agora lidera o mundo em térmicas sustentáveis, turbinas eólicas, energia solar fotovoltaica e energia nuclear.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Marcos de Moura e Souza | Do Rio e de Belo Horizonte****Título: Justiça de MG manda Vale parar mina de Brucutu**

A Vale continua sob pressão das autoridades em Minas Gerais. Ontem a mineradora confirmou que Brucutu, uma de suas principais minas no Estado, teve a produção quase totalmente paralisada por força de decisão da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte. O juízo suspendeu, via liminar, no âmbito de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado, a operação de oito barragens da empresa em Minas Gerais.

Uma das barragens, a de Laranjeiras, recebe rejeitos de Brucutu. Na prática, a decisão judicial paralisa a operação da mina e significa uma redução potencial de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, o equivalente a 7,5% da produção da commodity estimada pela Vale para 2019, de 400 milhões de toneladas. A empresa entrou ontem mesmo com pedido de reconsideração da decisão pois considera a liminar injustificada.

No começo da noite, a Vale também anunciou a decisão de antecipar a suspensão temporária da produção das unidades de concentração do Complexo de Vargem Grande (MG). A suspensão busca acelerar ainda mais o processo de fechamento, já anunciado, de dez barragens a montante da empresa, o que deve retirar 40 milhões de toneladas por ano de produção ao longo de três anos.

A liminar teve impacto na ação da companhia na B3, que chegou a suspender os negócios com os papéis da mineradora na tarde de ontem. A ação terminou o dia cotado a R\$ 44,68 por ação, com queda de 3,39% sobre sexta-feira. Desde o rompimento da barragem I de Brumadinho, no dia 25 até ontem, a ação da Vale caiu 20,43%.

Até o fechamento desta edição a liminar continuava vigente. De acordo com a liminar, a Vale tem que se abster de lançar rejeitos ou praticar qualquer atividade potencialmente capaz de aumentar os riscos das barragens Laranjeiras, Menezes II, Capitão do Mato, Dique B, Taquaras, Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III.

A Vale divulgou nota segundo a qual Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III, construídas pelo método de alteamento a montante, já estavam inoperantes e abrangidas pelo plano de descomissionamento acelerado comunicado ao

mercado pela empresa no dia 29. As demais estruturas abrangidas pela ordem judicial são "convencionais", segundo informou a Vale.

"As estruturas convencionais têm propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de disposição de rejeitos, à exceção da barragem de Laranjeiras. Todas as barragens estão devidamente licenciadas e possuem seus respectivos atestados de estabilidade vigentes. A Vale entende, assim, que não existe fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique uma decisão para suspender a operação de qualquer dessas barragens", disse a empresa, na nota.

Situada em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), Brucutu era uma mina de pequeno porte, mas recebeu investimentos superiores a US\$ 1 bilhão e foi expandida em 2006. Tornou-se uma das principais minas da Vale no sistema sudeste da empresa, em Minas Gerais. Em nove meses de 2018, último dado disponível, as Minas Centrais, onde se situa Brucutu, produziram 26,8 milhões de toneladas. A Vale confirmou que a empresa manteve a produção de finos de minério em Brucutu, processados a seco, sem a necessidade de disposição de rejeitos úmidos em barragem.

Sérgio Alvarenga, um dos diretores do sindicato que reúne trabalhadores da Vale na região da mina de Brucutu, afirmou desconhecer qualquer denúncia relacionada à segurança da barragem de Laranjeiras. "Nós recebemos várias denúncias de várias situações, como não pagamentos de benefícios, problemas entre gestores e funcionários, mas nunca foi mencionado por parte dos trabalhadores nada sobre segurança dessa barragem", disse ao **Valor**. Na semana passada, a Vale conseguiu reverter a interdição das operações do Terminal da Ilha Guaíba (RJ) em razão de alegada não apresentação de licenças ambientais pela prefeitura de Mangaratiba.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Após calote, Vega é desligada da associação setorial

Responsável por um rombo de R\$ 200 milhões em contratos de venda de energia sem lastro principalmente para outras comercializadoras no mercado livre, a Vega Energy foi desligada da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), informou ontem a entidade. A associação acrescentou ainda que repudia ações que não combinem com as boas práticas comerciais, de gestão de risco e de segurança de mercados.

Apostando na tendência de preços baixos de energia neste ano, a Vega vendeu energia e não fez contratos de compra. As chuvas típicas do verão, contudo, não

se confirmaram, e a comercializadora acabou ficando sem recursos para cumprir os contratos diante da alta dos preços. Por isso, ela teve suspensa a autonomia para registrar novos contratos de compra e venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"Em face da decisão tomada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, envolvendo a empresa Vega Comercializadora de Energia Ltda. (Vega Energy), a Abraceel - a despeito de não se envolver nas operações comerciais dos agentes e não ser parte do processo - manifesta veemente repúdio a todas as ações que não se coadunem com as boas práticas comerciais, de gestão de risco e de segurança de mercados pelos agentes que atuam no setor elétrico brasileiro, conforme expresso com clareza em seu Estatuto Social e no Código de Ética e Conduta aos quais estão submetidas as suas associadas", informou a entidade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Alumínio espera retomar níveis anteriores à crise

Em 2018, o setor de alumínio experimentou uma retomada indicativa de que o pior momento ficou para trás. A expectativa agora é de que com um crescimento mais consistente da economia brasileira, o mercado local atinja os níveis de 2013, melhor momento até então.

Segundo números da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), o consumo de alumínio no país cresceu 11% no acumulado de janeiro até setembro de 2018, para 1,031 milhão de tonelada. Com base nesse desempenho, a associação projeta um consumo total de cerca de 1,4 milhão de toneladas para 2018, crescimento de quase 10% na comparação a 2017. Os resultados finais devem ser divulgados pela entidade em março.

"Sem dúvida o desempenho de 2018 é positivo, é um sinal de recuperação. Ainda estamos abaixo do recorde de 2013, tivemos três anos de queda, então ainda não alcançamos 2013", afirma Milton Rego, presidente da Abal.

A entidade atribuiu o desempenho do ano passado ao mercado local, com o avanço de dois dos três principais consumidores de alumínio no país, os setores de transporte e embalagens. Outro cliente importante, a construção civil, ainda sofreu no ano passado com os efeitos da crise. Os três segmentos representam 80% do consumo brasileiro da commodity.

Para os transportes, lembra Borges, o crescimento pode ser atribuído não só à retomada das vendas de automóveis de passeio, como também ao fornecimento do metal para a parte de cargas. Outro setor que vem despontando como um bom mercado para o alumínio é o de energia, com o fornecimento do material para transmissão e painéis fotovoltaicos.

Para este ano, a Abal crê que, caso se concretize o crescimento esperado para a economia brasileira em 2019, o setor pode se aproximar dos patamares pré-recessão.

"Vejo com otimismo o aumento do consumo de alumínio, é sempre mais que duas vezes o PIB. Ele cresce muito mais que a economia. Um crescimento de 2,5% do PIB vai representar entre um avanço de 6 e 8%", afirma Rego.

O crescimento no consumo, entretanto, não deve beneficiar apenas o mercado local, com as importações preenchendo parte significativa da demanda. Rego lembra que já em 2018, o crescimento do mercado interno foi de cerca de 7% e as importações avançaram 30%.

O mercado local, entretanto, deve ganhar bons impulsos esse ano, com três investimentos já anunciados no fim do ano passado.

O mais significativo vem da Novelis, fabricante global de laminados de alumínio, que desembolsará R\$ 650 milhões para ampliar a capacidade de produção de chapas e de reciclagem de sucata do metal em sua fábrica em Pindamonhangaba (SP).

A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Vorantim, investirá R\$ 30 milhões para ampliar em 50% a sua produção de tarugos de alumínio. A projeção é alcançar as 270 mil toneladas por ano a partir de 2020.

Além disso, a Recicla BR, um dos principais nomes da reciclagem de alumínio no país, vai inaugurar uma fábrica de refundição em Betim (MG), além de quatro novos centros de coleta.

"Transportes e embalagens são os principais consumidores de alumínio não só no Brasil, mas também nos países de economia avançada. E esses setores vão aumentar sua taxa de consumo", comenta o representante da Abal.

Nos transportes, o metal é elemento para ganho de eficiência. Nas embalagens, a preocupação ambiental, ajuda o alumínio. "As pessoas estão preocupadas com resíduos urbanos e o alumínio, por conta do valor da sucata, é o produto que mais se adapta a isso, melhor que papel, vidro e plástico", conclui Borges.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 05/02/2019**Seção:** Colunas**Autor:** ALBERTO BOMBIG**Título:** » Pauta.

Coluna do Estadão

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, conversa nesta quarta-feira com o diretor jurídico da Vale, Alexandre D'Ambrósio, para falar sobre a tragédia em Brumadinho.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA. COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 05/02/2019**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** Vale pede confidencialidade em seguro de Brumadinho

Coluna do Broadcast

O contrato de seguro de responsabilidade civil da Vale está sob cláusula de confidencialidade (NDA, na sigla em inglês) desde 25 de janeiro, quando a barragem em Brumadinho se rompeu. O pedido de silêncio foi feito pela própria mineradora. Com isso, as partes envolvidas na apólice ficam proibidas de divulgar informações do contrato sob o risco de serem punidas. Entre advogados, a cláusula de NDA é vista com estranheza uma vez que a função da apólice de responsabilidade civil é indenizar os terceiros atingidos. Ou seja, o seguro é das vítimas e beneficiários e não algo de interesse exclusivo do segurado que o contratou. Apesar do NDA, órgãos de fiscalização e regulação como o Ministério Público Federal (MPF) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep) podem requerer as apólices se assim desejarem.

» Cifras e nomes. O seguro de responsabilidade civil (RC) da Vale é estimado em US\$ 2 bilhões e está nas mãos da alemã Allianz. A cobertura de barragens é de até US\$ 400 milhões. Já o RC geral, para cobrir indenizações, é de US\$ 50 milhões e conta ainda com participação da seguradora japonesa Tokio Marine. Procurada, a Vale informou que possui seguros que cobrem os danos causados aos seus empregados, bens e terceiros. Já a Allianz e AGCS não comentaram. A Tokio Marine confirma que tem apólice com a Vale, mas não comenta porque o contrato é confidencial.

COM CRISTIANE BARBIERI E ALTAMIRO SILVA JUNIOR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Renata Batista****Título: Empresa que atestou estabilidade em barragem de MG diz ter pedido reparos**

Técnicos, presos no dia 29, apontaram 15 pontos que exigiriam atenção, como necessidade de novo radar e medidores de pressão. Vale destacou que estrutura passava por vistorias quinzenais, reportadas à agência federal, e providências vinham sendo executadas

O relatório da consultoria alemã Tüv Süd, que atestou a estabilidade da barragem que rompeu em Brumadinho (MG), mostra que a base da estrutura estava no limite de segurança previsto pelas normas do País. Em visita a campo, a equipe encontrou 15 pontos que exigiriam atenção, como necessidade de um novo radar e medidores de pressão na estrutura. O documento foi concluído em agosto de 2018. A Vale disse que fazia inspeções constantes – a última em 22 de janeiro, três dias antes do colapso. O documento foi apresentado pelo advogado Augusto de Arruda Botelho, que defende os dois técnicos da empresa presos pela investigação no dia 29, o coordenador do projeto, Makoto Namba, e o consultor em geotécnica, André Jum. Mostra que os profissionais fizeram uma série de recomendações à Vale sobre a barragem, mas atestaram a segurança. Na semana passada, a Justiça decretou a prisão temporária por 30 dias de Namba e Jum por suspeita de homicídio qualificado, crime ambiental e falsidade ideológica.

Três funcionários da Vale – César Augusto Grandchamp, Ricardo de Oliveira e Rodrigo Arthur Melo – também foram detidos. O documento de 265 páginas, elaborado com base em informações fornecidas pela Vale, análises técnicas e vistorias de campo, indica que a apresentação inicial aconteceu em novembro de 2017. A partir daí, foram feitas reinterpretações de ensaios, inclusão de medidas e revisão de dados entre maio e agosto de 2018. O material mostra que a estabilidade do alteamento estava no limite de segurança pelas regras do País para estruturas desse tipo. Em uma escala onde o fator mínimo de segurança é 1,50, a base da barragem foi registrada como de fator 1,60. “O desempenho se encontra adequado, atendendo às exigências das normas brasileiras”, afirma a consultoria.

Entre as medidas recomendadas estavam a instalação de novo radar para monitorar deslocamentos em frente à barragem – que poderia ter garantido o

acionamento das sirenes. Outra sugestão era implementar um conjunto adicional de medidores de pressão (os piezômetros) em “locais estratégicos”. Além disso, recomendam um conjunto de obras de contenção. Apesar de todas as indicações, a Tüv Süd atestou a segurança da barragem. Também estavam entre as recomendações revisar a drenagem e recompor a erosão superficial entre dois alteamentos e adequar a cobertura vegetal em locais deficientes. Apesar disso, apontava essa erosão como restrita, sem possibilidade de comprometer a estrutura. O relatório também destaca que a Vale não forneceu informações completas à consultoria. A barragem começou a ser construída em 1976 e recebeu dez alteamentos sucessivos de 1982 a 2013.

Os técnicos da consultoria receberam informações sobre os alteamentos feitos só a partir de 2003, quando a Vale assumiu a estrutura, que antes pertencia à Ferteco. “Grande parte da informação oferecida se refere aos últimos alteamentos, sendo que para o dique de partida e os alteamentos iniciais as informações disponíveis não são confiáveis ou inexistem, em especial no que diz respeito aos sistemas de drenagem interna e caracterização física e mecânica dos materiais”, aponta o relatório, na página 84. “Queremos mostrar que a prisão deles é ilegal e desnecessária, tomada com base em elementos prévios e incompletos. Os dois técnicos fizeram um trabalho extenso, de acordo com as normas internacionais”, diz o advogado de Namba e Jum, fundadores da consultoria no Brasil, vendida para o grupo alemão há cerca de cinco anos.

Ontem, os cinco presos pelo desastre de Brumadinho entraram com pedido de Habeas Corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O Tribunal de Justiça de Minas negou liberdade a eles nesse fim de semana. Procurada, a Vale informou que a barragem tinha todas as declarações de estabilidade aplicáveis e passava por constantes auditorias externas e independentes. Havia inspeções quinzenais, reportadas à Agência Nacional de Mineração (ANM), sendo a última de 21 de dezembro de 2018. Conforme a mineradora, a estrutura passou também por inspeções em 8 e 22 de janeiro e as providências técnicas recomendadas vêm sendo normalmente executadas. A mina, diz a empresa, era monitorada por 94 piezômetros e 41 INAs (Indicador de Nível D’Água).

As informações dos instrumentos eram coletadas periodicamente e os dados, analisados pelos geotécnicos responsáveis. Dos 94 piezômetros, 46 eram automatizados. A companhia frisou que não tem nenhuma barragem no País com nível alto de risco, conforme as determinações da ANM. Água. A Vale ainda informou ontem que duas membranas de contenção de rejeito instaladas no Rio Paraopeba já estão em operação. Elas foram colocadas para proteger o sistema de captação de água em Pará de Minas, que fica a cerca de 40 quilômetros de Brumadinho. As membranas têm 30 metros de comprimento e até 3 metros de profundidade. Funcionam como um tecido filtrante, evitando a dispersão das

partículas sólidas, como argila e matéria orgânica. A turbidez da água no local tem preocupado especialistas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: JAMIL CHADE

Título: Companhia alemã já foi suspensa pela ONU em 2010

A Tüv Süd, empresa que atestou a estabilidade da barragem, já foi suspensa pela Organização das Nações Unidas (ONU) de trabalhos no setor ambiental. Minutas de reunião em março de 2010, obtidas pelo Estado, revelam que ela não atendeu a requisitos básicos e teve de fazer correções para voltar a atuar nos projetos internacionais. Em reunião de 26 de março de 2010, em Bonn, o Conselho do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto “suspendeu a entidade operacional designada, Tüv Süd Industrie Service GmbH (TÜV SÜD)” da “validação de projetos e verificação de redução de emissões”. Dois foram os fatores que pesaram. Um deles foi o fato de haver “opinião positiva de validação”, mesmo quando havia preocupação sobre o projeto.

O conselho da ONU ainda indicou que essa situação “coloca em dúvida” a habilidade da empresa dar “opinião sólida que não fosse influenciada por pressões indevidas”. Outro problema teria sido a falta de experiência suficiente de parte de seus funcionários. Alguns meses depois, a empresa recuperou o credenciamento. A TÜV SÜD se limitou a dizer que está “profundamente afetada” pelo caso de Brumadinho. Relatou ter feito duas avaliações em nome da Vale em 2018. Também indicou que os dois funcionários que foram presos eram “especialistas reconhecidos” e disse estar colaborando com as autoridades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: BETH MOREIRA, JÚLIA MARQUES e RODRIGO PETRY, ESPECIAL PARA O ESTADO

Título: Decisão judicial faz Vale parar maior mina de MG

Produção no local é de 30 milhões de toneladas de minério por ano; sentença prevê que empresa deixe de lançar rejeitos em 8 barragens

A Vale suspendeu a produção da mina de ferro de Brucutu, a maior do tipo em Minas, após decisão judicial que determinou a paralisação de atividades que possam aumentar o risco em barragens da mineradora no Estado. A empresa

não informou a data de início da suspensão. A decisão, da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, se refere a oito estruturas em Minas, entre elas a barragem de Laranjeiras, que fica em Barão de Cocais, na região central do Estado. A estrutura pertence à mina de Brucutu, no município vizinho de São Gonçalo do Rio Abaixo, a 87 quilômetros de BH. O processo corre em segredo. Mas a Vale informou, em nota, que o Tribunal de Justiça mineiro acatou ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de Minas (MP-MG).

A sentença, segundo a empresa, determina que a mineradora deixe de lançar rejeitos ou praticar qualquer atividade capaz de aumentar os riscos de oito barragens em quatro municípios. A mina produz aproximadamente 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, o que representa 7,5% das 400 toneladas de minério de ferro que a empresa previa produzir em 2019. Ao Estado, a mineradora informou que a produção em Brucutu foi integralmente suspensa desde a decisão judicial. Já o prefeito de São Gonçalo do Rio Abaixo, Antônio Carlos Bicalho (PDT), disse ao Estadão/ Broadcast que entre 80% e 90% da produção da mina de Brucutu foram suspensos. Segundo ele, a Vale informou sobre a paralisação das operações no último sábado. “Apenas a produção de (minérios) finos segue normal”, afirmou Bicalho. A barragem da mina de Brucutu tem volume de 16,5 milhões de metros cúbicos – mais do que a barragem de Brumadinho, que tinha 12,7 milhões de metros cúbicos – e dano potencial associado alto, segundo relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM), de janeiro.

A mina fica na região da Serra do Gandarela, um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica e Cerrado da região. Pertence ao Sistema Sudeste, do qual também fazem parte os complexos de Itabira e Mariana, no Quadrilátero Ferrífero. A produção é escoada pelo porto de Tubarão, em Vitória. A Vale não informou o possível impacto da suspensão da produção para a economia capixaba. Ontem, diante do anúncio sobre Brucutu, as ações da Vale fecharam o dia com queda de 3,39%. Outras barragens. Além de Laranjeiras, a Justiça determinou, segundo a Vale, a paralisação das barragens de Menezes II, em Brumadinho; Capitão do Mato, Dique B e Taquaras, em Nova Lima, na região metropolitana, e Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III, em Ouro Preto, na região central do Estado.

Segundo a Vale, apenas as três estruturas em Ouro Preto foram construídas pela técnica de alteamento à montante, a mesma das barragens 1, de Brumadinho, e de Fundão, em Mariana, que se romperam. Mais barato, este método é considerado menos seguro. A empresa diz que essas estruturas já não estavam operando e estavam incluídas no plano de descomissionamento – a desativação e retirada dos rejeitos – anunciado após a tragédia no mês passado. Com exceção da barragem de Laranjeiras, as demais “têm propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de disposição de rejeitos”.

A Vale alega que “todas as barragens estão devidamente licenciadas e possuem seus respectivos atestados de estabilidade vigentes.” Segundo a mineradora, não há “fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique uma decisão para suspender a operação de qualquer dessas barragens”. A empresa disse que vai recorrer da decisão. O TJ-MG apenas informou que “a determinação é que não se pratiquem atividades que possam aumentar risco de barragens e outras estruturas especificadas”. O MP-MG disse que não daria mais informações por causa do sigilo judicial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Roberta Jansen / RIO

Título: 28 barragens no Estado não têm estabilidade

Lista oficial das 699 barragens de Minas em 2017 revela que ao menos 28 delas não tinham a estabilidade atestada por auditor ou não tinham apresentado informações técnicas para que a estabilidade fosse atestada. Nove delas são da Vale. Um caso chama a atenção: o da cidade de Nazareno, no sul mineiro. Lá, cinco barragens da Vale Manganês não têm estabilidade atestada desde 2012. A barragem de Brumadinho e a de Mariana, que romperam, tinham estabilidade reconhecida por auditor. Pela legislação, o governo federal usa laudos produzidos pelas próprias mineradoras ou por auditorias contratadas.

São elas que atestam a segurança das suas estruturas. A Vale explicou que as barragens de Nazareno foram “descomissionadas”, ou seja, deixaram de receber rejeitos e ganharam camada de solo orgânico por cima, em 2017. Brumadinho não recebia material havia três anos e, mesmo assim, se rompeu. Para especialistas, o monitoramento é necessário mesmo se a barragem deixa de ser usada. A Vale, após o caso de Mariana, afirma ter decidido descomissionar todas as barragens à montante, método de construção menos seguro. Segundo a empresa, ao fim de 2018 dez das 19 barragens desse tipo já haviam sido “aposentadas”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Deputado federal

Painel do Leitor

As doações recebidas pelo deputado federal Sérgio Vidigal (PDT-ES) na campanha de 2014 foram feitas pelo Diretório Nacional do PDT. Logo, a origem da doação só foi informada na prestação de contas feita pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O deputado federal Sérgio Vidigal não possui nenhum vínculo com a mineradora. Vale destacar que o congressista também foi signatário da CPI que investigou o desastre de Mariana e será signatário da CPI que investigará o acidente em Brumadinho ("Bancada da lama barra ações para melhorar segurança em barragens", Cotidiano, 3/2).

Sérgio Vidigal, deputado federal (PDT-ES)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Counas

Autor: Mauro Zafalon

Título: RECORDE NO CONSUMO DE ETANOL

Vaivém das commodities

O Brasil consumiu 19,4 bilhões de litros de etanol em 2018, um volume recorde nesta década e 42,1% maior do que em 2017. Os números são da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) e da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis). A expansão se deve à competitividade do hidratado diante da gasolina em todas as unidades da Federação. Oferta maior de produto, elevação dos preços do petróleo e real desvalorizado cooperaram para esse aumento. A paridade média no Brasil atingiu 66%, a maior competitividade registrada nessa década. Em 2017, era de 70,7%. O aumento no consumo de etanol elevou a participação do hidratado e do anidro para 46,1% na matriz de combustíveis utilizados pela frota de veículos de passeio e de carga leve, a maior desde 2009, segundo a Unica.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Alberto Zacharias Toron

Título: Brumadinho: a punição dos culpados e o dolo eventual

Acusar executivos de homicídio doloso é absurdo

Advogado, doutor em direito pela USP professor de processo penal da Faap e autor do livro "Habeas Corpus e o Controle do Devido Processo Legal"

Na abertura dos trabalhos deste ano no Supremo Tribunal Federal, o presidente Dias Toffoli falou da tragédia de Brumadinho. Ao solidarizar-se com as vítimas e suas famílias, externou o que está na cabeça de todos: “Essa lamentável tragédia é uma prova dolorosa de que é preciso mais agilidade nas ações administrativas, políticas e jurisdicionais. A nação brasileira espera rigor e celeridade das autoridades competentes na apuração das responsabilidades para que se realize efetiva justiça”.

Mas apalavra justiça não pode ser um eufemismo para esconder a arbitrariedade de prisões pressupondo a culpa de quem é mero investigado e, pior, invocando a ocorrência de crimes mais graves do que os previstos em lei apenas com o intuito de se dar uma resposta rigorosa, numa espécie de catarse social.

Rigor fora da lei é abuso intolerável. Daí a advertência do ministro Celso de Mello, decano do STF, de que o processo penal “não se projeta e nem se exterioriza como uma manifestação de absolutismo estatal”.

Não bastassem as precipitadas prisões de alguns engenheiros, numa verdadeira presunção de culpa, sem que nem sequer haja um laudo da polícia técnica atestando uma suposta fraude nas inspeções da barragem, já se fala no dolo eventual de todos aqueles que, direta ou indiretamente, intervieram na barragem — para deixar claro, não advogo para nenhum dos envolvidos neste caso.

Para melhor situar o tema, vale recordar que o dolo é a vontade consciente de realizar um crime. Daí o Código Penal (art. 18, inc. I) dizer que o crime é “doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”. Na primeira parte temos o dolo direto (querer o resultado) e na segunda o chamado dolo eventual.

Nelson Hungria, pai da fórmula do Código Penal, salientava que “assumir o risco é alguma coisa mais que ter consciência de correr o risco: é consentir previamente no resultado, caso venha este, realmente, a ocorrer”. Há uma razão jurídica (e também prática) a exigir a demonstração de que o agente, mais do que assumir o risco, anuiu previamente com a ocorrência do resultado, isto é, ratificou-o de antemão.

É que no comportamento imprudente o agente também desenvolve uma conduta arriscada, vale dizer, pratica um fato perigoso, inobservando um cuidado necessário, mas não quer o resultado.

Pergunta-se: seria possível dizer-se que os engenheiros e diretores da Vale queriam que a barragem rompesse? Ou mesmo assumiram o risco de que isso

ocorresse, ratificando esse resultado de antemão? Parece pouco provável que sim, salvo a hipótese de as investigações, no futuro, demonstrarem o contrário. Poderia ter havido grave negligência, imprudência ou até imperícia dos engenheiros? Deixemos a perícia e as investigações oficiais falarem.

Mas, mesmo que se afastem essas questões e se admita que houve dolo eventual em relação à possibilidade do rompimento da barragem, é evidente que nesse caso o crime a se identificar é o de inundação agravada pelo resultado morte, e não o de homicídio doloso — a não ser, é claro, que se demonstre a vontade de se matar alguém ou um grupo de pessoas.

A indeterminação das pessoas atingidas é o que diferencia o dolo do homicida da ação de quem pratica o crime de inundação agravado pelo resultado morte. Essa é a lição unânime dos estudiosos do direito penal e do próprio Supremo Tribunal Federal (Extradição 654). Foi também o entendimento firmado recentemente pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em acórdão unânime da sua 4ª Turma, no caso de Mariana.

Fosse diferente, o Ministério Público se veria na obrigação de ter que denunciar todos os envolvidos também por inúmeras tentativas de homicídio das pessoas que se salvaram e, pior, admitir que queriam a morte das vítimas por asfixia. Convenha-se que essa demasia demonstra o absurdo da ideia de homicídio doloso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Lucas Vettorazzo

Título: Justiça paralisa barragem da maior mina da Vale em Minas Gerais

Pedido é do Ministério Público estadual; empresa diz que licença está em dia e vai recorrer

Rio de Janeiro - A Justiça de Minas Gerais determinou que a Vale suspenda a operação das barragens da mina de Brucutu. A unidade produz 30 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano e é a maior da empresa no estado.

A decisão foi tomada em ação civil pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais contra a mineradora.

O processo está em segredo de Justiça, mas a Vale confirmou a notificação judicial e informou que vai recorrer.

Na prática, segundo a empresa, a decisão paralisa as atividades do complexo de Minas Centrais, responsável pela maior fatia de produção da Vale no estado, localizado no município de São Gonçalo do Rio Abaixo, cidade a 124 quilômetros da capital mineira.

A ação corre na 22ª Vara Cível de Belo Horizonte.

Segundo a decisão judicial, a empresa é obrigada a paralisar as atividades de oito barragens de rejeitos na região.

A empresa, de acordo com a decisão, fica obrigada a se abster de "lançar rejeitos ou praticar qualquer atividade potencialmente capaz de aumentar os riscos das barragens".

Ao menos três das barragens atingidas pela decisão judicial têm tecnologia de construção amontante, semelhante às que se romperam em Mariana e Brumadinho.

A tecnologia é mais antiga e, segundo especialistas, mais suscetível a rompimentos.

A mineradora informou que as três barragens com tecnologia antiga — Forquilha I, n e in — já não estavam operando mais e que elas integram o plano de descomissionamento de todas as estruturas do tipo no Brasil, anunciado depois da tragédia de Brumadinho.

A Vale afirmou que as demais barragens que terão de paralisar as atividades são de tecnologia "convencional".

À exceção da barragem de Laranjeiras, as outras quatro, segundo a empresa, não recebem rejeitos. Elas teriam "propósito exclusivo de contenção de sedimentos e não de disposição de rejeitos", segundo a mineradora.

As outras quatro barragens que deverão ser paralisadas de acordo com a decisão judicial são Menezes II, Capitão do Mato, Dique B, Taquaras.

A companhia informou que suas barragens têm licenciamento ambiental e estão com os atestados de estabilidade em dia. "A Vale entende, assim, que não existe fundamento técnico ou avaliação de risco que justifique uma decisão para suspender a operação de qualquer dessas barragens", diz a empresa em nota.

Vale bateu recorde de produção no Brasil no terceiro trimestre do ano passado, tendo atingido a marca de 104,9 milhões de toneladas de minério de ferro no período.

Desse total, 28 milhões de toneladas vieram dos complexos de Itabira, Mariana e Minas Centrais, este último que abriga a mina de Brucutu.

Esses três complexos compõem o chamado sistema Sudeste da mineradora, com unidades espalhas por Minas Gerais.

Esse sistema respondeu por 27% da produção da Vale no 3º trimestre. A empresa não divulga quanto cada mina produz individualmente.

Já a mina do Córrego do Feijão, cuja barragem se rompeu no dia 25 de janeiro, faz parte do complexo do Paraopeba, que, com os complexos de Vargem Grande e Minas Itabirito compõe o sistema Sul da empresa.

Juntas, as unidades do Sul produziram 22,4 milhões de toneladas no terceiro trimestre do ano passado, o equivalente a 21,3% da produção total da Vale no período.

Após a tragédia de Brumadinho, a Vale anunciou o fim das barragens com a metodologia de alteamento a montante. Serão desativadas todas barragens construídas com o método semelhante ao usado em Brumadinho e Mariana. O processo de devolução das dez estruturas para a natureza será de até três anos.

O custo total estimado é de R\$ 5 bilhões e, no período, a produção de minério de ferro da Vale poderá ser reduzida em até 10% —a medida afetaria até 40 milhões de toneladas por ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Presidente de órgão do setor mineração renuncia

Belo Horizonte - O presidente do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), o engenheiro Jerson Kelman, renunciou ao cargo na última sexta-feira (1º), apenas duas semanas após ter sido eleito para o posto, informou a assessoria de imprensa da entidade nesta segunda (4).

A renúncia ocorreu após o desastre provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração operada pela Vale em Brumadinho (MG), que deixou ao menos 134 mortos e 199 desaparecidos.

A assessoria do Ibram não informou a razão para a renúncia do presidente do instituto, que representa as mineradoras no Brasil.

Kelman fora eleito para o posto por unanimidade em 18 de janeiro, em substituição a Walter Alvarenga.

Nascido no Rio de Janeiro em 1948, Kelman foi presidente da Sabesp e do Grupo Light, diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e presidente da ANA (Agência Nacional de Águas).

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Privatização de distribuidora da Eletrobras no AM entra na mira do Cade

São Paulo - A privatização da distribuidora da Eletrobras no Amazonas, considerada a mais complexa entre as empresas vendidas pela estatal no ano passado, continua rendendo problemas.

A aquisição da companhia pelo consórcio Oliveira Energia/Atem —o único a se interessar pela distribuidora— entrou na mira do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

A suspeita é que a venda provoque concentração de mercado, já que as duas empresas que compõem o consórcio já atuavam no segmento de energia na região.

No caso da Oliveira, a preocupação seria ainda maior, já que o grupo é o principal fornecedor de geradores elétricos da distribuidora.

O questionamento foi apresentado por uma empresa concorrente do grupo Oliveira, a Gopower & Air, que também aluga geradores à Amazonas Energia, mas em menor quantidade. O temor é que, com a transação, haja um fechamento do mercado.

O grupo Oliveira recebeu da Amazonas Energia R\$ 143 milhões pelo aluguel de geradores em 2017. Isso representa cerca de 51% do total gasto pela distribuidora com esse tipo de despesa.

Outro questionamento é que o grupo Atem atua no setor de distribuição de combustíveis no estado.

Isso também preocupa, já que, no Amazonas, grande parte da energia gerada vem do óleo diesel, que serve de combustível a usinas térmicas e aos próprios geradores.

O documento ainda destaca um possível agravante: a compra do combustível destinada à geração elétrica em sistemas isolados é paga por todos os consumidores de energia do país, em um valor embutido na conta de luz. Ou seja, qualquer ineficiência na compra de combustível é diretamente financiada pela tarifa.

A área técnica do Cade autorizou a inclusão da Gopower no processo e ampliou o prazo para a entrega de documentos que serão analisados pela superintendência.

O consórcio Oliveira/Atem foi procurado pela reportagem, mas não respondeu.

A Aneel ainda não deu aval à operação.

Procurado, o órgão afirmou, em nota, que a operação está sob análise e que não se manifestaria.

A Eletrobras não se pronunciou. TH

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Mariana Zylberkan e Thiago Amâncio

Título: Laudo de estabilidade de barragem cita erosão e problemas de drenagem

Para a Vale, problemas enumerados em relatório sobre Brumadinho são "recomendações rotineiras"

São Paulo- O laudo técnico que atestou a segurança da barragem da Vale em Brumadinho (MG) emitido em setembro do ano passado — cinco meses antes de a estrutura se romper e matar ao menos 134 pessoas — apontou erosão e problemas de drenagem.

A Folha teve acesso aos atestados de estabilidade da barragem 1 da mina do Córrego do Feijão emitidos desde 2006.

O documento de 2018 deveria garantir a resistência da estrutura por um ano.

Nele, estão citados pontos de erosão superficial da ombreira (lateral da barragem), indícios de alagamento a jusante (logo após a barragem), assoreamento e trincas em canaletas de drenagem e danos nos tubos de PVC das saídas do sistema de drenagem, entre outros problemas que deveriam ser sanados pela Vale para garantir as condições de segurança da estrutura.

O atestado foi emitido pela empresa alemã Tuv Sud e assinado pelo engenheiro Makoto Namba, sob a condição de a mineradora manter as atividades de inspeção, monitoramento e manutenção, segundo trecho do documento que foi enviado em setembro à Fundação Estadual do Meio Ambiente, órgão do Governo de MG que cadastra e monitora indicadores das barragens.

O documento avaliou como “local de permanência eventual” a ocupação próxima à barragem. O termo, segundo critérios de avaliação de barragens do Conselho Estadual de Política Ambiental do governo mineiro, significa que não há habitações na área, e sim locais de permanência periódica, como estradas, indústria, mina operante ou escritórios.

Neste caso, havia a estrutura administrativa e o refeitório da mina, onde acredita-se que morreu a maior parte das pessoas, mas a lama de rejeitos também atingiu bairros da zona rural de Brumadinho.

O critério é condicionante nas liberações de licenças ambientais no estado de Minas Gerais desde 2017.

O responsável técnico-operacional da barragem, de acordo com o documento, era Lúcio Rodrigues Medanha, que morreu na tragédia.

Makoto Namba, que assinou o documento, está preso temporariamente desde a semana passada, junto de outro engenheiro e três funcionários da Vale responsáveis pelo licenciamento da estrutura.

O laudo emitido em setembro de 2018 é o que tem o maior número de recomendações dadas à Vale. Foram 17 apontamentos de ações que a empresa deveria realizar para manter a barragem em segurança. No ano anterior, constaram dois apontamentos.

Uma das recomendações citou a necessidade de instalar monitoramento microssísmico (que acompanha pequenas movimentações do solo) no corpo da barragem para controlar a estabilidade durante obras e detonações por explosivos.

A Vale alterou em outubro de 2017 o sistema de monitoramento sismográfico das minas situadas no Quadrilátero Ferrífero, onde está Brumadinho. Antes

feito individualmente em cada barragem, o monitoramento de movimentações passou a ser feito de modo remoto, eletrônico e mais abrangente a partir de sismógrafos instalados em 35 pontos que enviam informações a uma central de controle.

A mudança também diminui a emissão de relatórios de movimentação, que passaram a ser anuais, em vez de trimestrais e semestrais, como eram antes. A Vale investiu R\$ 25 milhões na implantação do sistema de monitoramento automatizado.

Em parecer contrário à mudança no monitoramento, o Fonasc (Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas) avaliou a medida como “inaceitável” e afirmou que o Quadrilátero Ferrífero é uma das regiões brasileiras com maior risco sísmico.

O engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila assinou os laudos da barragem 1 do Córrego do Feijão por dez anos, de 2006 a 2015 — ele não garantiu as condições da estrutura nos anos de 2006 e 2007.

Pimenta de Ávila foi o projetista da barragem da Samarco em Mariana que se rompeu em 2015. Ele chegou a ser investigado como um dos responsáveis pela tragédia que deixou 19 mortos e um rastro de destruição do interior de MG ao litoral do ES, mas depois passou a ser considerado testemunha. Ele não chegou a ser indiciado ou denunciado.

Na tragédia da Samarco, a barragem também tinha um laudo de estabilidade emitido meses antes de ruir.

A Vale afirmou via assessoria de imprensa que “o documento não apresentava problemas e, sim, continha recomendações”. Todas foram cumpridas ainda em 2018, diz a empresa, que ressalta que são “recomendações rotineiras em laudos deste gênero.”

A mineradora diz que a instalação do monitoramento microssísmico estava prevista para 2019 e que já faz monitoramento sismográfico na região desde 2017 — as análises sismográficas ainda estão em andamento, diz.

A empresa diz que a estrutura já estava submetida a auditorias técnicas de segurança com frequência anual, a maior prevista na lei, e que o laudo de setembro atestava a estabilidade da barragem.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)****Título: HORA DO ÔNUS**

A suspensão da operação na mina de Brucutu derrubou a ação da Vale. O ônus do desastre em Brumadinho não será pequeno. Os investidores passam a considerar uma reação mais firme dos órgãos públicos em relação à empresa. O procurador da República José Adércio Leite Sampaio achou prudente a decisão da Justiça e deixou aberta a possibilidade de novos pedidos para paralisar outras operações da companhia.

As instituições têm atuado em parceria, diz. Os próximos dias prometem volatilidade, com os passos da Justiça ditando os humores dos investidores. Esta semana é feriado na China, o mercado que determina a cotação do minério. É provável que o preço suba com o fechamento da mina de Brucutu, responsável por quase 8% da produção da Vale. A alta da commodity diminuiria a pressão sobre as ações da empresa. Mas o fato é que os primeiros desdobramentos já são diferentes do que aconteceu após o desastre de Mariana. O ambiente negativo para a Vale está longe de ter se dissipado.

PELO FIM DO MONOPÓLIO

A Abegás, associação que representa as distribuidoras de gás, reafirma o que foi dito na coluna do último sábado: há um monopólio exercido pela Petrobras no setor e que precisa ser enfrentado para que haja mais concorrência nos preços. Em nota, a entidade argumenta que a Comgás repassou custos, sem aumentar margens, informação que já constava na nota “O duro golpe do gás na indústria”. Segundo Marcelo Mendonça, diretor da associação, houve nos últimos meses uma forte oscilação no dólar, e, mesmo ele tendo recuado, é preciso calcular a média do período. “Em outros momentos, como em 2016, os preços caíram pelas variações do dólar e do petróleo. Mas o fato é que enquanto não houver competição na oferta de gás, será difícil haver queda consistente de preços.

As distribuidoras apenas repassam custos. Esse monopólio também nos atrapalha, porque queremos que o gás seja competitivo em relação a outras fontes”, disse. Vários estados estão tendo reajustes de dois dígitos. Em SP, como informado na coluna, a indústria sofreu impacto de 36% enquanto o GNV disparou 40%.

NO ES, TRANSPARÊNCIA

Um dos pontos que geram insatisfação entre os consumidores é a cláusula de confidencialidade entre Petrobras e distribuidoras de gás natural. Mesmo sendo monopolista, a Petrobras argumenta que não pode abrir informações a possíveis concorrentes no setor. No Espírito Santo, a Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) conseguiu parecer favorável da Procuradoria-Geral do Estado para tornar público os termos do contrato. “O sigilo entre a Petrobras e as distribuidoras não pode ser imposto às agências, que se submetem a um regime de direito público e que têm, por vocação, o dever de dar transparência aos consumidores”, explicou Antonio Júlio Castiglioni, diretor-geral da ARSP.

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: Lucros e bônus envenenados

Desde que trocou a vida nômade em tendas no gélido deserto canadense pelo escritório aquecido na York Street, em Toronto, o britânico Jonathon Paul Rollinson, 56 anos, passa o tempo imaginando formas mais baratas de aumentar a extração de ouro em três continentes. No Brasil cortou custos, aumentou produção (25%) e lucros. Ano passado, o chefe da Kinross embolsou R\$ 29 milhões em salário e bônus. A mina de ouro brasileira está dentro de Paracatu (MG), oito mil quilômetros ao sul de Toronto. Ali, dinamitam-se rochas. O ouro é extraído a céu aberto.

Por cada grama, libera-se em média 2,8 quilos de arsênio. É um ambiente tóxico, onde vivem 80 mil pessoas, com prevalência de múltiplas doenças. A Kinross represa 60 mil toneladas de puro veneno a 500 metros dos bairros mais pobres. O medo avança na esteira da lama química, política e corporativa que já devastou Mariana e Brumadinho. Empresas como Vale, BHP Billiton, Norsk Hydro, CSN, Anglo American, Aterpa, Ashanti e outras 360 precisam se reinventar com urgência. Acionistas e executivos têm um histórico de governança cataclísmica. Se enlaçaram na própria negligência e na leniência dos amigos no poder. Elevaram o perigo de catástrofes nas comunidades onde extraem valiosos lucros e bônus anuais.

À margem de exuberantes códigos de ética, são responsáveis por inovações no dolo corporativo. Mesmo sem intenção, socializam perdas exponenciais na economia. Entre sequelas está o aumento do custo do dinheiro nas operações de crédito para todas as empresas e o setor público brasileiro. Com Mariana e Brumadinho, em apenas 38 meses, a Vale viu seus papéis rebaixados a “lixo” por agências como a Fitch (S&P e Moody’s indicam a mesma trilha). Ela era um dos sete casos de sobrevivência, com certificado global para investimento, em meio à aguda recessão e crise política. Sua lama química, política e corporativa agora respinga em outros setores. A sociedade, que subsidia as mineradoras, vai pagar mais enquanto resgata corpos soterrados.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A Vale de joelhos**

Para Jorge Mauther, o nosso “Maracatu atômico”, é pouco o pedido de desculpas feito por Fabio Schvartsman, presidente da Vale, por causa da tragédia em Brumadinho: — Pedir desculpas você pede quando, sei lá, esbarra sem querer em alguém. No caso dele, tinha era de pedir perdão de joelhos.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/02/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: A enxurrada de erros no estouro de barragem em Brumadinho**

Plano de emergência desprezado, sirenes que não tocaram e rotas de fuga equivocadas ampliaram tragédia

São muitos os fatos que impressionam no rompimento da Barragem da Mina do Feijão, em Brumadinho — a começar pelas imagens captadas pelas câmeras da Vale, que superam em muito as de qualquer filme catástrofe. Mas, entre eles, certamente está a quantidade de erros e omissões na tragédia que já deixou 134 mortos, 199 desaparecidos e prejuízos inestimáveis. Depois do desastre na Barragem do Fundão, em Mariana, em novembro de 2015, não se pode dizer que o acidente em Brumadinho era imprevisível, por mais que houvesse laudos atestando a estabilidade da represa. Mesmo porque ela utilizava o mesmo método — alteamento a montante — da que se rompera há três anos, causando a morte de 19 pessoas.

Mas a questão é ainda mais grave, pois havia um plano de emergência que alertava para esse cenário catastrófico, como informou a “Folha de S.Paulo”. O estudo, de abril do ano passado, aponta que, em caso de rompimento da barragem, as instalações administrativas e o restaurante com capacidade para 300 pessoas seriam atingidas em apenas um minuto. Ou seja, não haveria tempo sequer para retirar os funcionários. De fato, esses locais foram soterrados quase imediatamente pelo tsunami de rejeitos, resultando num grande número de mortos. O documento, que fazia uma projeção da área a ser inundada, afirmava que a lama se estenderia por 65 quilômetros. Previa ainda a utilização de diferentes mecanismos de comunicação com o uso de alertas sonoros.

Após a divulgação do plano de emergência, a Vale informou que ele tratava de um cenário hipotético. Obviamente, todo plano de contingência é feito em cima de hipóteses que podem não acontecer nunca. Mas eles existem justamente para reduzir danos caso elas ocorram. O fato é que, em Brumadinho, as sirenes não tocaram. O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que o equipamento foi “engolfado” pela lama. Pergunta-se como pode um sistema feito para alertar sobre um desastre ser destruído pelo próprio desastre.

Outro ponto que merece reflexão são os planos de escape. A própria mineradora admite que a escolha do ponto de encontro que levava à rota de fuga foi equivocada, à medida que o local ficou soterrado. Um funcionário contou que só conseguiu sobreviver porque desobedeceu às orientações da empresa. Infelizmente, o estrago está consumado. Mas essa sequência de falhas inadmissíveis deve servir de lição para que se evitem novas tragédias. Se não é possível impedir o desastre, que se reduzam seus efeitos. Existem protocolos para isso. Mas é preciso que eles sejam levados a sério. O que não foi feito em Mariana e Brumadinho. O resultado está aí.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: Artigos

Autor: Adriano Pires e Pedro Rodrigues

Título: Oportunidades na capital do petróleo

O Brasil e o Rio de Janeiro estão sob nova direção. Os desafios são grandes, mas o bilhete de entrada para um novo ciclo econômico virtuoso passa, em ambos os casos, pelo setor de petróleo e gás natural. O novo governador e sua equipe precisam olhar e entender o Rio por esse ângulo, não repetir as políticas públicas erradas do passado e descontar o famoso bilhete premiado do pré-sal localizado no mar mergulhado pelos cariocas. Portanto, vale olhar no retrovisor, entender a origem da profunda crise econômica do estado e não usar dos

mesmos remédios para não voltar a se afogar. O governo federal do PT, ajudado pela falta de empenho do governo estadual na época, mais preocupado na parceria com Lula e Dilma do que com os interesses do estado, impediu que o Rio se transformasse na capital do petróleo.

A interrupção dos leilões levou à queda de investimentos e à perda de um número incontável de empregos quando o barril de petróleo estava a US\$ 100. Além da aprovação no Congresso Nacional do modelo de partilha que fez o Rio perder a arrecadação da chamada Participação Especial (PE), que para o estado representa um volume maior do que os próprios royalties. Essas medidas foram o maior crime cometido pelo PT com as gerações futuras de brasileiros, em particular com as do Estado do Rio. O petróleo sempre teve um papel de destaque na economia do Rio. Tanto o estado quanto alguns municípios — sobretudo Campos, Macaé e Rio das Ostras — tiveram um crescimento extraordinário de suas receitas e empregos originados no setor petrolífero.

Os royalties e a PE com a produção de petróleo foram de R\$ 10,7 bilhões por ano no período até 2014. Em 2015 e 2016, a arrecadação de receita de royalties e PE caiu 30% —para R\$ 7,2 bilhões, em razão da não realização de leilões e da queda no preço do barril. Entretanto, com as grandes descobertas do pré-sal e com o enorme volume de óleo produzido por esses campos, o Rio tem tudo para voltar a ser a capital do petróleo. Os municípios de Saquarema, Maricá e Niterói já viram suas receitas com royalties e PE quadruplicarem. A tendência é que o desenvolvimento e a produção de novos campos do pré-sal, como o Campo de Libra, gerem novos investimentos, empregos e arrecadação. No longo prazo, as oportunidades trazidas pelos leilões da ANP são enormes, em particular, com o da extensão da cessão onerosa.

Segundo a ANP, as próximas rodadas e as áreas já contratadas podem render para o Rio mais de US\$ 1,27 trilhão em investimentos até 2030 e mais US\$ 4,8 trilhões em royalties e PE até 2054. Vale lembrar que o petróleo é uma energia velha e em desuso. Portanto, é preciso pressa em acelerar a produção e utilizar a renda para modernizar a economia do estado, beneficiando as gerações futuras. Para isso, o governo do estado deveria criar uma agenda permanente em Brasília, garantindo o calendário de leilões e mudanças ou mesmo a extinção do modelo de partilha.

Criar políticas públicas estaduais e influenciar nas políticas federais para incentivar os investimentos ligados ao petróleo como o Tepor, em Macaé; Porto do Açu; Comperj; e a ferrovia Vitória- Sepetiba. Aprovar na Assembleia estadual regimes fiscais que incentivem os investimentos. Atualmente, os regimes fiscais tanto no upstream como no downstream afastam os investidores e beneficiam sonegadores. No upstream, o exemplo é a falta de uma regulamentação

adequada para o Repetro como foi feita nos estados de São Paulo e Espírito Santo.

No downstream, é preciso combater a sonegação e, nesse sentido, não tem a menor lógica o estado ter o maior ICMS do Brasil para a gasolina (34%) e etanol (32%). A redenção econômica do Rio de Janeiro está no setor de óleo e gás natural. Não podemos mais uma vez perder a oportunidade de transformar o Rio na capital do petróleo, sob pena de ser a última chance.

Adriano Pires e Pedro Rodrigues são diretores do Centro Brasileiro de Infraestrutura

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: O País

Autor: BRUMADINHO (MG)

Título: Bombeiros dizem que talvez não resgatem todos os corpos da lama

Operação pode acabar sem que muitos dos 199 desaparecidos no rompimento da barragem da Vale sejam localizados

O Corpo de Bombeiros de Minas Gerais já trabalha com a possibilidade de o trabalho de buscas ser encerrado sem que os corpos dos 199 desaparecidos no rompimento da barragem de rejeitos da Vale sejam localizados. — É uma possibilidade já deslumbrada em situações deste tipo, em que se tem estrutura colapsada e lama, já é esperado que alguns corpos não sejam encontrados — disse o tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. — A gente trabalha o mais rápido possível para encontrar o maior número (de corpos). Só que, evidentemente, pela característica da tragédia e a situação biológica de decomposição, alguns corpos a gente estima que eles infelizmente não serão possíveis de serem recuperados, mas trabalhamos para que seja o menor número possível — completou.

As buscas na lama foram suspensas na manhã de ontem por conta de uma forte chuva que atinge a região desde domingo. Os bombeiros mantiveram o resgate nas margens do rio Paraopeba, e os trabalhos no lamaçal foram retomados à tarde. Segundo o Corpo de Bombeiros, a precipitação poderia colocar as equipes de resgate em risco — a água poderia desestabilizar os rejeitos que permanecem onde ficava a barragem da Vale rompida no último dia 25 e atingir a chamada “zona quente”.

BALANÇO

Segundo a última atualização das equipes de buscas, 134 corpos foram encontrados, dos quais 120 foram identificados. O número de pessoas desaparecidas é de 199. A Vale afirmou ontem que a Justiça determinou que a mineradora pare de lançar rejeitos ou pratique qualquer atividade potencialmente capaz de aumentar os riscos em oito barragens em Minas Gerais. A decisão da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte foi baseada em uma ação civil pública do Ministério Público mineiro. O processo segue em segredo de Justiça. A mineradora afirmou que “todas as barragens estão devidamente licenciadas e possuem seus respectivos atestados de estabilidade vigentes”.

Disse ainda que vai recorrer. Ontem, a defesa dos dois engenheiros da empresa Tüv Süd, presos após o rompimento da barragem da Vale, entrou com um pedido de habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). André Yassuda e Makoto Mamba, além de três funcionários da Vale, foram detidos no último dia 29 em uma operação que apura suspeita de fraude em documentos da barragem da Mina do Feijão. Na última semana, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) decidiu mantê-los presos. A expectativa é que o pedido seja analisado ainda nesta semana pelo STJ. (Com informações do G1)

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Governo quer revisão de barragens

O presidente Jair Bolsonaro prometeu ao Congresso Nacional “propor a revisão imediata da Política Nacional de Segurança de Barragens”. O objetivo é “melhorar o protocolo de monitoramento e fiscalização e implantação de boas práticas”. A informação está na mensagem encaminhada ontem ao Legislativo. O governo pretende ainda “aperfeiçoar” o marco legal do setor de mineração, “imprimindo maior eficiência e segurança ao exercício da atividade minerária”, segundo o texto. **O Ministério de Minas e Energia (MME)** trabalha em mudanças na legislação para o monitoramento de barragens.

O órgão também estuda a revisão de regras do setor de mineração. Entre as mudanças, estão a novos de procedimentos de fiscalização, especialmente de estruturas de armazenamento de rejeitos. Técnicos da pasta querem que o texto esteja pronto em duas semanas. Para isso, estão previstas reuniões com especialistas e acadêmicos do setor. Na parte em que trata das perspectivas para o setor de mineração, o governo também fala em “resgatar a importância dos minerais nucleares e sua contribuição para o sistema elétrico”. O MME já

informou que o governo pretende construir de quatro usinas nucleares no Brasil, e defende a necessidade de explorar as reservas de urânio no país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI, GABRIEL MARTINS E ANA PAULA RIBEIRO

Título: Vale é obrigada a paralisar produção em Brucutu, sua maior mina em MG

Justiça impede lançamento de rejeitos em 8 barragens no estado. Com decisão, empresa teria de suspender, no total, 17,5% da produção após acidente. Ações caem 3,39% na Bolsa

RIO E SÃO PAULO- A Vale teve que suspender a operação da mina de Brucutu, em Minas Gerais, que produz 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, por causa de uma decisão da Justiça mineira que impediu a companhia de lançar rejeitos ou fazer atividade que possa aumentar riscos em oito de suas barragens no estado. Entre elas está a de Laranjeiras, que faz parte de Brucutu — a maior mina da Vale no estado, nas cidades de Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio Baixo. A informação foi antecipada pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Com base em estimativas da Vale ao anunciar o descomissionamento de barragens na semana passada, a decisão significaria que a mineradora teria de suspender 17,5% de sua produção.

A decisão foi obtida pelo Ministério Público do Estado de Minas, que move ação civil pública contra a Vale, na 22a Vara Cível de Belo Horizonte. A decisão inclui ainda as barragens Menezes II e Taquaras (no sistema Paraopebas, o mesmo de Brumadinho), Capitão do Mato (no de Vargem Grande), Dique B(da Samarco, sociedade entre Vale e BHP Billiton, onde houve o acidente de Mariana), além de Forquilha I, II e III (em Itabirito).

Pouco após a decisão da Justiça, as ações da Vale passaram a operar em baixa na Bolsa de São Paulo e terminaram o pregão com queda de 3,39%, a R\$ 44,68. Com isso a Vale voltou a se desvalorizar após ter iniciado recuperação na semana passada com a decisão de paralisar dez barragens de alçamento a montante — a mesma metodologia da estrutura rompida em Brumadinho —, em minas responsáveis por 40 milhões de toneladas anuais, 10% do total da empresa.

Brucutu não estava nesse plano. No dia 28 de janeiro, primeiro pregão após a tragédia, as ações da Vale despencaram 24,52% num só dia, com perda de mais de R\$ 70 bilhões em valor de mercado.

VALE DIZ QUE NÃO HÁ RISCOS

Para Pedro Galdi, analista da corretora Mirae, é esperado o escrutínio da Justiça e de órgãos fiscalizadores sobre a Vale. No entanto, ele avaliou que o impacto pode ser reduzido.

— Com o rompimento da barragem em Brumadinho, o setor de mineração ficou totalmente em evidência — afirmou.

— Brucutu não estava no plano de descomissionamento, então a empresa julga que não apresenta riscos. Sendo assim, é possível que consiga reverter a decisão.

A Vale informou que vai adotar as medidas judiciais cabíveis. Em nota, explicou que apenas Forquilha I, II e III são de alteamento a montante e já estão inoperantes porque integram o plano de descomissionamento. Das outras quatro, apenas a de Laranjeiras (construída pelo método tradicional) é usada para a disposição de rejeitos. As demais são usadas para contenção de sedimentos. A Vale diz que todas contam com licenciamento e atestado de estabilidade em dia, e que “não existe fundamento técnico ou avaliação de risco” que justifique a decisão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2019

Seção: Economia

Autor: DAIANE COSTA

Título: Déficit de estados com servidor supera o da União

Estudo do economista Raul Velloso prevê passivo de R\$ 1,9 tri em um cenário de longo prazo. Para resolver esse rombo, especialistas defendem adesão automática à reforma da Previdência e venda de ativos pelos governos

O déficit da Previdência é um problema que pesa mais sobre o caixa dos estados do que o da União. Projeção feita pelo economista especializado em contas públicas Raul Velloso mostra que, no fim de 2017, a soma dos déficits de todas as 27 unidades da federação pelos próximos 70 anos chegava a R\$ 1,9 trilhão, valor 3,4 vezes maior que a Receita Corrente Líquida (RCL, a receita disponível) desses entes. Já o da União alcançaria R\$ 1,78 trilhão ou 2,5 vezes a RCL.

Os estados enfrentam esse problema devido a um conjunto de fatores. Entre os principais, contribuições desproporcionais ao valor do benefício, aposentadorias precoces, regimes especiais para professores e policiais, planos de carreira plenos de privilégios, má gestão dos recursos públicos e permissividade maior concedida pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

— A adesão automática dos estados à reforma da Previdência é imprescindível, porque o problema deles é mais grave que o da União. A reforma tem de abarcar os regimes especiais de policiais, militares e professores. Imagina deixar os estados para depois e ter de fazer 27 discussões diferentes — diz Ana Carla Abrão, sócia da consultoria Oliver Wyman e ex-secretária de Fazenda de Goiás.

Para cinco estados (RN, SC, RS, MG e SE) mais o Distrito Federal, o esforço para zerar esse passivo e garantir a sustentabilidade do pagamento das aposentadorias dos servidores terá de ser ainda maior. A proporção de seus déficits é maior ou igual a 4 vezes a RCL.

Esse cálculo considera o chamado passivo atuarial. Este é a soma de todos os déficits anuais projetados para os próximos 70 anos, descontando a inflação e trazendo os fluxos futuros a valor presente. Esse dado oferece um quadro mais preciso da situação das contas públicas, já que aposentadorias e pensões são pagamentos de longo prazo. Ou seja, em um horizonte maior, as despesas com benefícios previdenciários superam a arrecadação dos estados.

SEM 'RECEITAS BOBOCAS'

De acordo com Bráulio Borges, especialista em finanças públicas do Ibre/FGV, a própria LRF, implementada no ano 2000, contribui para esse endividamento maior ao permitir que os estados gastem mais que a União com o pagamento do funcionalismo. O Executivo pode destinar até 40% da RCL para essa despesa. Os estados, 60%. Além disso, ressalta Borges, governadores ignoraram o fato de que as receitas com **o pagamento de Royalties pela exploração de minério e petróleo são extraordinárias.**

Nos anos de boom dos preços dessas commodities, especialmente 2013 e 2014, eles usaram os recursos para conceder reajustes expressivos aos servidores e aumentar seus quadros.

— As receitas com Royalties, de petróleo e mineração, são altamente voláteis, e os estados ficam só com 12% delas. A maior parte vai para os municípios. Além disso, as despesas com o pagamento de um servidor duram ao menos 60 anos. São recursos que têm de ser usados para investimentos pontuais, em infraestrutura.

Não para custear despesas que se alongam por décadas — critica Borges. Velloso argumenta que, para zerar esse déficit, os estados precisam combinar a reforma da Previdência com o aumento de receitas: — Não podem ser receitas bobocas nem mais impostos, pois nossa carga tributária já é muito elevada. Mas podem ser receitas de vendas de ativos ou de gestão de ativos ou outros recebíveis.

Ele dá como exemplo um tipo de operação já realizada pelo Estado do Rio, cujo passivo atuarial foi estimado pelo economista em torno de R\$ 170,35 bilhões, ou 3,4 vezes a RCL em 2017: — A reforma da Previdência tem um efeito mais a médio e longo prazos. Então, lá na frente, a receita necessária para cobrir essa despesa tende a ser menor.

Se eu pegar esse pedaço de receita que vai sobrar no futuro, proveniente de Royalties, e antecipá-la no mercado financeiro, posso equacionar esse passivo. Os bancos sabem que essa receita é garantida e vão financiar. Os especialistas também dizem ser urgente, para frear o crescimento do déficit, aumentar a alíquota de contribuição previdenciária do funcionalismo, que gira em torno de 11% nos estados. Já no Rio de Janeiro, ela passou a 14% em abril do ano passado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/02/2019

Seção: Política

Autor: Bernardo Bittar

Título: Lupa sobre Brumadinho

Duas frentes parlamentares disputam a paternidade de uma iniciativa para investigar a tragédia de Brumadinho (MG) no Congresso. A primeira, uma força-tarefa entre PSDB, MDB, PRB, PSL e PR, pede a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). A segunda, de autoria da deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), quer uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e foi protocolada ontem na Câmara.

A CPMI prevê um trabalho conjunto entre senadores e deputados. A CPI, por sua vez, só demanda trabalho na Câmara (ou no Senado). Para instaurar a CPI de Brumadinho, Joice reuniu mais de 200 assinaturas. A parlamentar passou quase oito horas na fila para protocolar o documento que “requer a criação de CPI, com finalidade de investigar as causas do rompimento de barragem de mineração da Mina Córrego do Feijão”.

“Vim para trabalhar e não a passeio”, declarou Joice. Para autorizar a CPI, é necessário ter 171 assinaturas. A frente suprapartidária garante ter ao menos

80 e quer continuar tentando emplacar a iniciativa até a próxima sexta. “Os parlamentares mineiros tiveram essa ideia e, agora, todos estão colaborando. É muito importante que o assunto não seja esquecido”, disse o deputado Fábio Ramalho (MDB-MG).

No primeiro dia oficial de mandato, deputados se enfrentaram na espera para protocolar os projetos na Câmara. Entre os primeiros estão Kim Kataguirí (PSL-SP) e a própria Joice. Madrugar na fila é uma tática para acelerar a implementação de ideias que são disputadas por várias frentes, como a própria CPI de Brumadinho.

“Muita gente está se mobilizando. A história da CPMI é mais forte, traz mais força-tarefa. Mas tem essa história da CPI de Joice, que é uma boa ideia também. Como protocolou antes, ganha a autoria do projeto. Mas foi uma iniciativa de mineiros, como eu. Em se tratando de uma tragédia dessas, isso pouco importa. Estamos preocupados em resolver a situação”, detalhou Paulo Abi-Ackel (PSDB-MG).

“Os parlamentares mineiros tiveram essa ideia e, agora, todos estão colaborando. É muito importante que o assunto não seja esquecido”
Fábio Ramalho, deputado federal

“Forças ocultas”

A deputada Joice Hasselmann fez, ontem, uma cerimônia religiosa no gabinete dela para “exorcizar” forças petistas. Ela comentou o evento em postagem no Twitter: “Meu gabinete está 100% limpo! Hoje (ontem), realizamos culto ecumênico com a presença do Rabino Leib Rotemberg e pastores evangélicos. Uma mezuzah (símbolo judaico, é caixa tubular com um pergaminho contendo oração) foi colocada na porta. Todo cuidado com forças ocultas é pouco. Lula já ocupou o gabinete que agora é meu”, escreveu.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Guilherme Paranaíba/Juliana Cipriani/Déborah Lima

Título: Após a dor, o medo de um luto sem fim

Onze dias depois do rompimento da Barragem da Vale na Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), o Corpo de Bombeiros admitiu oficialmente, pela primeira vez, que nem todos os desaparecidos devem ser encontrados em meio ao mar de lama, de onde já foram resgatados corpos de 134 pessoas. Ainda há 199 vítimas desaparecidas.

Segundo os bombeiros, a quantidade de rejeitos e o estágio de decomposição dos corpos, de agora em diante, vão dificultar a recuperação de restos mortais. A possibilidade de a operação ser encerrada sem o resgate de todos os corpos aumenta a angústia de quem espera pelo menos ter o direito de sepultar familiares e amigos.

“Do ponto de vista técnico, chega um ponto em que essa recuperação não é possível (do total de corpos). É justamente por isso que montamos uma operação desse tamanho, para que a gente consiga recuperar o maior número possível. Mas, pela questão biológica, é possível que alguns corpos não sejam recuperados”, disse o tenente Pedro Aihara, porta-voz do Corpo de Bombeiros.

Ele explicou que os militares trabalham sempre com a possibilidade de achar alguém com vida, mas em virtude dos protocolos da corporação e da literatura associada a esse tipo de desastre, passadas 120 horas após o evento, e também diante da característica da lama, a probabilidade de encontrar sobreviventes é matematicamente próxima de zero.

“Os bombeiros são verdadeiros heróis, mas vão ficar muitas pessoas enterradas nessa lama. Isso traz uma dor ainda maior para os familiares”, disse Alcir Carlos dos Santos, de 40 anos, que tem dois primos desaparecidos. “Poder enterrar o familiar é a mesma coisa que retirar mil quilos das costas. Pelo menos a pessoa teve um enterro digno e descansou”, acrescentou ele, que também teve a experiência de enterrar uma ex-mulher, resgatada do mar de rejeitos. “O problema é você ficar a vida inteira lembrando da pessoa dentro do barro.”

Ontem, a chuva que caiu pela manhã em Brumadinho dificultou o trabalho dos bombeiros na chamada zona quente, onde se concentram as buscas. No local onde ficava um vestiário na área administrativa da Vale, foram retirados três corpos.

Rio morto

“Um rio completamente morto”. Essa é a constatação sobre a condição do Rio Paraopeba por integrantes de uma expedição da Fundação SOS Mata Atlântica, que percorre o manancial, após a tragédia. A contaminação do rio por metais pesados também foi confirmada por análises feitas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). “A água (do Paraopeba) tem variado entre péssimo — ou seja, o rio completamente morto — e ruim, também completamente morto do trecho próximo de onde ocorreu o desastre até Pará de Minas, onde foi feita uma barreira de contenção, tentando conter os rejeitos, mas que ainda não deu resultado”, afirmou a especialista em recursos hídricos da entidade, Malu Ribeiro.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 05/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Flávia Ayer****Título: Barragens interditadas**

A Justiça determinou que a Vale pare de lançar rejeitos em oito barragens em Minas Gerais e deixe de praticar qualquer atividade que aumente os riscos das estruturas. A ordem inclui a desativação da barragem Laranjeiras, da Mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo, considerada a maior de Minas Gerais e um dos maiores complexos minerários do mundo. A mina teve as atividades suspensas.

A decisão é da 22ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte e atende pedido do Ministério Público (MP) de Minas Gerais. Como o processo corre em segredo de Justiça, nem o MP nem o Tribunal de Justiça do estado deram detalhes sobre o caso. A Vale informou que vai recorrer.

Somente o impacto estimado da paralisação da barragem de Laranjeiras, na Mina de Brucutu, é de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Isso representa 7,5% da produção total estimada pela Vale para este ano. A unidade é a maior mina de ferro de Minas Gerais em produção e a segunda maior do país, atrás apenas de Carajás, no Pará.

O Judiciário também determinou a interrupção do uso das barragens Capitão do Mato e do Dique B, na Mina Capitão do Mato, e de Taquaras, na Mina Mar Azul, as três em Nova Lima, na região metropolitana. A decisão se aplica também às barragens Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III, na Mina da Fábrica, em Itabira.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 05/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Gabriela Tunes****Título: Correio debate desafios da economia**

O primeiro Correio Debate do ano, evento promovido pelo Correio Braziliense que levanta discussões sobre assuntos de interesse do país, ocorre hoje a partir das 13h30. Nesta edição, o tema será “Desafios da Economia em 2019”, que visa apresentar algumas metas econômicas para o ano e debater a possibilidade de se alcançar os objetivos.

O evento, aberto ao público, acontecerá no auditório do Correio e será dividido em três painéis — “A Visão dos Economistas: Perspectiva para o País”; “Infraestrutura: O Motor da Economia” e “A Importância do Comércio Internacional”. Os painéis serão intercalados com debates de 15 minutos, com participação do público, e apresentados e discutidos por economistas e profissionais da área, como José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), que apresentará o projeto “Como melhorar a participação de empresas de médio porte no mercado de infraestrutura.”

De acordo com Martins, o projeto visa mudar o modelo atual de monopólio de infraestrutura, tradicionalmente liderado por empresas de grande porte, a fim de dar chance de inclusão de médias empresas. “Deve-se explodir o modelo concentrador, em que só algumas empresas fazem mais projetos. Se o governo apresentar condições de segurança jurídica, de crédito e de planejamento, poderá haver uma melhora na infraestrutura”, afirmou.

Na programação, está previsto um welcome coffee, às 13h30, e um coffee break, às 16h50, entre o segundo e o terceiro painéis. Os inscritos receberão, no final do evento, um certificado de participação.

O Correio Debate também terá a presença de integrantes do governo, como Carlos da Costa, Secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, que fará a abertura do evento; o e **Almirante Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia**, que abrirá o segundo painel.

As inscrições já terminaram, mas o evento poderá ser acompanhado ao vivo, a partir das 14h, pelo site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/correiodebate/desafios2019/#inscricoes>

*Estagiárias sob supervisão de Odail Figueiredo

MME / ASCOM .